

## OS PRINCÍPIOS CHAVE DAS MICROFINANÇAS

*O CGAP é um consórcio de 33 agências de desenvolvimento públicas e privadas que trabalham em conjunto com o objetivo de expandir o acesso dos pobres a serviços financeiros, normalmente referido como microfinanças. Estes princípios foram desenvolvidos e endossados pelo CGAP e pelos seus então 28 membros doadores e subsequentemente endossados pelos líderes do Grupo dos Oito (G8) em conferência no dia 10 de Junho de 2004.*

- 1. Os pobres não necessitam apenas de empréstimos, mas de uma variedade de serviços financeiros.** Como quaisquer pessoas, os pobres necessitam de serviços financeiros que sejam convenientes, flexíveis e acessíveis. Dependendo das circunstâncias, os pobres não desejam apenas empréstimos, mas também poupança, seguros e acesso a transferências de valores.
- 2. As microfinanças são um instrumento poderoso na luta contra a pobreza.** Quando os pobres têm acesso a serviços financeiros, os seus rendimentos aumentam, aumentam os seus ativos, assim como sua proteção diante de choques externos. Famílias pobres usam as microfinanças para mover-se além da subsistência diária, fazendo provisões para o futuro: investem em melhor nutrição, em habitação, saúde, e educação.
- 3. As microfinanças significam a construção de sistemas financeiros que sirvam aos pobres.** Na maioria dos países em desenvolvimento, a maior parte da população é pobre, entretanto, esta maioria é a menos provável de se beneficiar de serviços bancários. As Microfinanças são frequentemente vistas como um setor marginal – uma atividade de desenvolvimento que diz respeito a doadores, governos, ou investidores com consciência social, mas não como parte integral do sistema financeiro de um país. As microfinanças, entretanto, só atingirão o máximo número de pobres quando forem incorporadas ao sistema financeiro.
- 4. As microfinanças podem e devem ser auto-suficientes para atingir um grande número de pessoas pobres.** A maioria dos pobres não tem acesso a bons serviços financeiros que atendam suas necessidades porque não existem instituições fortes que forneçam esses serviços. Instituições fortes têm de cobrar o suficiente para cobrir seus custos. A recuperação dos custos não é uma finalidade absoluta, mas é necessária para que se atinjam a escala e o impacto para além do que os doadores podem financiar. Uma instituição auto-suficiente em termos financeiros pode continuar e expandir a sua oferta de serviços no longo prazo. Para atingir a auto-suficiência financeira é necessário diminuir custos de transação, oferecendo serviços mais úteis aos clientes e encontrando novas formas de alcançar os pobres, sem acesso ao sistema bancário.
- 5. As microfinanças tratam da construção de instituições financeiras locais de caráter permanente.** O financiamento dos pobres requer instituições financeiras sólidas que forneçam serviços financeiros numa base permanente. Estas instituições precisam mobilizar poupança doméstica, reciclando-a em empréstimos e no fornecimento de outros serviços. À medida que as instituições e os mercados de capitais locais amadurecerem, vai diminuindo a dependência de doadores e governos, inclusive de bancos governamentais e de desenvolvimento.
- 6. O microcrédito não é a resposta para tudo. O Microcrédito não é o melhor instrumento para todos em todas as circunstâncias.** Pessoas com fome e destituídas, sem renda ou outros meios de desembolso necessitam de outras formas de assistência antes de poderem fazer bom uso de empréstimos. Em muitos casos, tais instrumentos podem ser mais eficazes no alívio da pobreza – como, por exemplo, pequenos subsídios, programas de treinamento e emprego, ou a melhoria de infra-estrutura. Quando possível estes serviços devem ser acompanhados de iniciativas que fomentem a poupança.



7. **O estabelecimento de “tetos” às taxas de juro afetam negativamente os pobres, tornando o acesso destes ao crédito mais difícil.** É muito mais dispendioso fazer vários empréstimos pequenos que apenas alguns empréstimos grandes. A não ser que os fornecedores de microfinanças possam cobrar taxas de juro bem acima das taxas de juro normalmente praticadas pelos bancos, eles não poderão cobrir seus custos. Assim, o seu crescimento será limitado pela escassa e incerta oferta de financiamento concessional de governos e doadores. Quando os governos regulam as taxas de juro, normalmente estas são estabelecidas em níveis tão baixos que não permitem ao fornecedor de microcrédito cobrir seus custos e logo tais regulações deveriam ser evitadas. De outro modo, um ofertante de microfinanças não deveria fazer com que seus clientes pagassem pela sua ineficiência, embutindo-a em suas taxas de juros.
8. **O papel do governo é o de permitir a transação de serviços financeiros, e não o de fornecê-los diretamente.** Os governos devem estabelecer políticas que estimulem a oferta de serviços financeiros aos pobres, ao mesmo tempo em que protegem os depósitos do público. Os governos necessitam manter a estabilidade macroeconômica, evitar tetos às taxas de juro e abster-se de distorcer mercados com programas de empréstimos subsidiados insustentáveis e com alta inadimplência. Os governos devem também lutar contra a corrupção e melhorar o ambiente para os pequenos negócios, incluindo o acesso aos mercados e no melhoramento da infra-estrutura. Em casos especiais, onde fundos não sejam disponíveis, o financiamento governamental pode ser concedido a instituições de microfinanças sólidas e independentes.
9. **Os fundos dos doadores devem complementar o capital privado e não competir com ele.** Os doadores fornecem subsídios, empréstimos, e seu próprio patrimônio para as microfinanças. Esta assistência deve ser temporária. E deve ser usada para aumentar a capacitação técnica dos fornecedores de microfinanças; para desenvolver instituições de apoio como agências de avaliação de risco, serviços de análise de crédito e firmas de auditoria além de apoiar a realização de novas experiências no setor. Em alguns casos, servir populações dispersas e distantes requer assistência de doadores no longo prazo. Os doadores devem tentar integrar as microfinanças ao resto do sistema financeiro. Os doadores devem contratar especialistas com experiência comprovada em desenho e implementação de projetos. Devem estabelecer indicadores claros de desempenho, que devem servir de referência para que a assistência financeira possa ser renovada. Cada projeto deve incorporar um plano realista para que, em determinado momento, a assistência dos doadores não mais seja necessária.
10. **O maior gargalo na indústria microfinanças é a ausência de instituições e executivos fortes.** As microfinanças são um campo muito especializado que combina serviços bancários com objetivos sociais. Técnicas e sistemas de gestão terão de ser criados em diversos níveis: entre os executivos, em termos de sistemas de informação, em bancos centrais que regulam as microfinanças entre outras agências governamentais e entre os doadores. Investimentos privados e públicos em microfinanças devem concentrar-se em aumentar tais técnicas e sistemas de gestão e não só em mobilizar e movimentar capital.
11. **As microfinanças funcionam melhor quando têm seu desempenho medido e divulgado.** É imperativo criar um sistema padronizado e exato de informação para medir o desempenho, não só em termos de informação financeira (por exemplo, taxas de juro, reembolso de empréstimos, e recuperação dos custos), mas também de indicadores social (número de clientes atendidos e seus correspondentes níveis de rendimento/pobreza). Doadores, investidores, supervisores dos sistema bancário e clientes necessitam desta informação para avaliar seus custos, risco e retorno.